



## ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARCOS/MG

REF.:  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 269/2022  
PROCESSO Nº 581/2022

**A & G SERVICOS MEDICOS LTDA**, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.532.358/0001-44, inscrição municipal nº 72104087, inscrição estadual nº 0035072600050, localizada na Avenida Francisco Firmo de Matos, nº 46, Eldorado, Contagem/MG – CEP: 32315-020, por seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no art. 41, §2º, da Lei nº 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor.

### DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A Lei nº 8.666/1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prevê em seu artigo 41, § 2º, o prazo legal e os legitimados para interposição da impugnação ao edital. Vejamos:

*“Artigo 41, § 2º - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a **administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação** em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.” (Grifos).*

Neste sentido, determinou o item 9, subitem 9.3 do referido instrumento convocatório:

### **9. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS**

- 9.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do Edital deverá ser efetuada pelos interessados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, podendo fazê-lo pela internet, através do e-mail: [arcoslicita@arcos.mg.gov.br](mailto:arcoslicita@arcos.mg.gov.br);
- 9.2. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)
- 9.3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, na forma eletrônica através do e-mail: [arcoslicita@arcos.mg.gov.br](mailto:arcoslicita@arcos.mg.gov.br), ou por meio de documento protocolado no Departamento de Licitações do município de Arcos/MG, sito na Rua Getulio Vargas, 228, 3º andar, centro - CEP: 35.588-000 – Arcos/MG - Fone: 37-3359-7905, no horário de 12h às 18h.



REF: PROCESSO Nº 241222  
PRÉ-CATÓRGO Nº 244/2022

A S O SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, empresa inscrita de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.451.028/01-44, inscrita municipal nº 12104087, inscrita estadual nº 003607500000 localizada na Avenida Francisco Faria de Melo nº 48, Etíopeia, Contagem/MG - CEP: 32315-010, por meio de representante legal devidamente constituído, a quem se atribui a preferência de compra e venda de mercadorias, vem requerer a realização de uma licitação para aquisição de mercadorias, com fundamento no art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93, conforme IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO para efeitos de fato e direito que obteve êxito e expõe:

DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A Lei nº 8.666/93 que institui normas para licitação e contratos de Administração Pública, em seu art. 41, § 2º, dá prazo legal e de legitimados para interposição de impugnação ao edital de licitação.

Art. 41, § 2º - Cabe ao licitante ou ao interessado em licitar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação do edital, a interposição de recurso, sob pena de perda do direito de licitar. O recurso deve ser interposto em formulário próprio, com indicação do objeto do recurso e do fundamento legal e fático, e ser acompanhado de cópia autenticada do edital de licitação e do edital de abertura de licitação. O recurso deve ser interposto em 2 (duas) vias, sendo uma delas entregue ao pregoeiro e a outra ao presidente da comissão de licitação. O recurso deve ser interposto em 2 (duas) vias, sendo uma delas entregue ao pregoeiro e a outra ao presidente da comissão de licitação. O recurso deve ser interposto em 2 (duas) vias, sendo uma delas entregue ao pregoeiro e a outra ao presidente da comissão de licitação.

Nesse sentido, determino o fim e, suflim 9.3 do referido instrumento convocatório.

DO PÉRIODO DE RECLAMAMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

1.1 - A autoridade de contratação de obras e serviços de engenharia de caráter administrativo, no âmbito do Município de Aracaju, em virtude de interesse em o licitante ou interessado em licitar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação do edital de licitação, interpor recurso, sob pena de perda do direito de licitar. O recurso deve ser interposto em formulário próprio, com indicação do objeto do recurso e do fundamento legal e fático, e ser acompanhado de cópia autenticada do edital de licitação e do edital de abertura de licitação. O recurso deve ser interposto em 2 (duas) vias, sendo uma delas entregue ao pregoeiro e a outra ao presidente da comissão de licitação. O recurso deve ser interposto em 2 (duas) vias, sendo uma delas entregue ao pregoeiro e a outra ao presidente da comissão de licitação. O recurso deve ser interposto em 2 (duas) vias, sendo uma delas entregue ao pregoeiro e a outra ao presidente da comissão de licitação.



Logo, a impugnante apresentou sua impugnação de forma tempestiva, uma vez que sua peça foi direcionada a Comissão de Licitação do estimado Município, no dia 27 de dezembro de 2022 e a data de abertura do certame está prevista para o dia 05 de dezembro de 2022. Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

## I - DOS FATOS:

A impugnante tomou conhecimento da publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 269/2022, a ser realizado pelo MUNICIPIO DE ARCOS/MG, com data prevista para a realização no dia 05 de dezembro de 2022. O referido certame tem por objeto a *“Contratação de empresa para prestação de serviço de simples remoção em ambulância tipo A, em caso de demandas do Hospital Municipal São José e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arcos/MG, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência– Anexo I – deste Edital”*.

Ocorre que, ao selecionar as condições a serem preenchidas pelos licitantes para se tornarem vitoriosos na licitação, **o presente edital restou por não exigir, na comprovação da qualificação técnica dos licitantes, documentos de suma importância previstos na legislação vigente.** Neste sentido, visando à adequação do presente edital à lei licitatória, apresenta-se a presente impugnação, com os argumentos abaixo.

## II - DO DIREITO

### II.1 – DA PREVISÃO LEGAL

Inicialmente, é importante ressaltar que o edital de licitação é um ato administrativo vinculado, ou seja, espécie de ato administrativo ao qual a lei estabelece requisitos e condições para sua realização. Esse é também um reflexo do princípio da legalidade ao qual se acha adstrita a Administração Pública.

Assim, na prática de atos vinculados o Administrador Público não pode agir discricionariamente, mas deverá sujeitar-se às estipulações legais ou regulamentares, e delas não poderá afastar ou desviar sem viciar irremediavelmente a ação administrativa. Nesse sentido é a lição do saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>:

*“Atos vinculados ou regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização. Nessa categoria de atos, as imposições legais absorvem, quase que por completo, a liberdade do administrador, uma vez que sua ação fica adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a validade da atividade administrativa.”*

<sup>1</sup> *Direito Administrativo Brasileiro* – 24ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2000, p.149.



Este documento constitui o instrumento de convocação de licitação para a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e peças de reposição para o Departamento Municipal de Meio Ambiente, em conformância com a Lei Municipal nº 2.308 de 15 de maio de 2015, que instituiu o Regime de Precatórios e sua regulamentação, nos termos do requerimento nº 002/2017.

### I. DOS OBJETOS

O presente tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e peças de reposição para o Departamento Municipal de Meio Ambiente, em conformância com a Lei Municipal nº 2.308 de 15 de maio de 2015, que instituiu o Regime de Precatórios e sua regulamentação, nos termos do requerimento nº 002/2017.

O presente tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e peças de reposição para o Departamento Municipal de Meio Ambiente, em conformância com a Lei Municipal nº 2.308 de 15 de maio de 2015, que instituiu o Regime de Precatórios e sua regulamentação, nos termos do requerimento nº 002/2017.

### II. DO OBJETO

#### II.1. DA OBRAS

O presente tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e peças de reposição para o Departamento Municipal de Meio Ambiente, em conformância com a Lei Municipal nº 2.308 de 15 de maio de 2015, que instituiu o Regime de Precatórios e sua regulamentação, nos termos do requerimento nº 002/2017.

O presente tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e peças de reposição para o Departamento Municipal de Meio Ambiente, em conformância com a Lei Municipal nº 2.308 de 15 de maio de 2015, que instituiu o Regime de Precatórios e sua regulamentação, nos termos do requerimento nº 002/2017.



*Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia do ato praticado, tornando-se passível de anulação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, se assim requerer o interessado."*

Seguindo tais premissas, a Lei nº 8.666/93, que rege as licitações e os contratos administrativos, estipulou não só a forma sob a qual devem ser elaborados os editais de licitação, como também quais as exigências podem nele estar contidas.

Em razão disso, não cabe ao Administrador optar pela inclusão, ou não, de certas cláusulas editalícias, ou acrescer cláusulas não autorizadas pela Lei, sob pena de estar desatendendo a uma imposição legal que restringe a sua liberdade de atuação. Colocadas essas considerações, passamos a análise das exigências consignadas no instrumento convocatório em apreço.

## **II.II - DA OMISSÃO DO EDITAL QUANTO A DOCUMENTOS VINCULADOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

O item 8, subitem 8.2 e seguintes do mencionado instrumento convocatório, trouxe a apresentação de exigências atinente a qualificação técnica dos licitantes. Ocorre que, devido à complexidade do objeto licitado, o único documento solicitado não é **suficiente para comprovar que o licitante possui capacidade técnica suficiente para executar com excelência o objeto do certame**. Embora o edital em comento seja a contratação de serviços na área da Saúde com emprego de mão de obra, regulamentados pela VIGILÂNCIA SANITÁRIA e pelo CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA, pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, e pelo CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM, não há qualquer menção quanto a necessidade de documento que comprove o registro da empresa e de seu responsável técnico junto aos referidos Conselhos competentes. Outro agravante é a não solicitação do alvará sanitário da sede da empresa e do CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde.

Quanto a qualificação técnica, para realizar o serviço previsto no edital, vale analisar o entendimento do Prof. Marçal<sup>2</sup>:

*O conceito de qualificação técnica é complexo e variável, refletindo a heterogeneidade dos objetos licitados. Cada espécie de contratação pressupõe diferentes habilidades ou conhecimentos técnicos. É implausível imaginar algum caso em que a qualificação técnica seria irrelevante para a administração. Quando muito, poderia imaginar-se que o objeto é suficientemente simples para ser executado por qualquer profissional de uma certa área. Por exemplo, suponha-se que a Administração necessite contratar serviços de marcenaria muito simples. A qualificação técnica poderá restringir-se à comprovação da titularidade da profissão de marceneiro, mas é óbvio que não poderia ser contratada pessoa destituída de qualquer habilidade nesse setor. Como decorrência, a determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar. Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.*

<sup>2</sup> 1 FILHO, Marçal Justen. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2014. p. 575.



...a fim de garantir a validade dos documentos apresentados...

...de acordo com o disposto no artigo 10º da Lei nº 3.268/67...

...para fins de registro, o interessado deverá apresentar...

...a fim de garantir a validade dos documentos apresentados...

### III. DA FORMAÇÃO DO REGISTRO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. O presente artigo estabelece as condições para a obtenção...

2. A qualificação técnica dos profissionais é avaliada...

3. O Conselho Regional de Medicina, pelo Conselho Regional...

4. O Conselho Regional de Enfermagem, não há qualquer medida...

5. O Conselho Regional de Odontologia, não há qualquer medida...

6. O Conselho Regional de Psicologia, não há qualquer medida...

7. O Conselho Regional de Serviço Social, não há qualquer medida...

8. O Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, não há qualquer medida...

9. O Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura, não há qualquer medida...

10. O Conselho Regional de Direito, não há qualquer medida...

11. O Conselho Regional de Economia, não há qualquer medida...

12. O Conselho Regional de Administração, não há qualquer medida...

13. O Conselho Regional de Pedagogia, não há qualquer medida...



Portanto, verificando que o edital trata-se de serviço especializado da Saúde, o Pregoeiro deveria ter observado os requisitos indispensáveis para habilitação, ou seja, qual empresa ou profissional pode prestar tais serviços e se estão regularmente registrados junto as entidades profissionais competentes.

Acerca da apresentação de registro nas entidades competentes, o artigo 30º da Lei de Licitações e Contratos tem como finalidade verificar se o licitante possui condições técnicas necessárias e suficientes para, em se consagrado vencedor do certame, consiga cumprir o objeto de forma satisfatória. Assim, para fins de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, o mencionado artigo estabelece o seguinte:

*“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*  
**I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;**

Salienta-se que a exigência contida no inciso I do artigo acima exposto, tem guarida no art. 1º da Lei Federal nº 6.839/1980, que “Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.”, que transcrevo:

*Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.*

Essas exigências de registros nos referidos conselhos são medidas aceitáveis e legítimas para o exercício de serviços na área da saúde e medicina, sendo certo que o registro se mostra essencial, pois reside o rol de requisitos para a qualificação técnica da empresa e do responsável técnico, ou seja, esses devem comprovar estarem aptos ao exercício de atividades na área da medicina e saúde e só o registro no CRM pode conferi-lo.

No que tange a exigibilidade do registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, a Lei 6.839/80 e Resolução CFM 1.980/2011, traz em sua redação, a exigência de registro no CRM para empresas e profissionais prestadores de serviços relacionados a saúde. Vejamos:

*Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado **devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina** da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98.*

*Parágrafo único. Estão enquadrados no “caput” do art. 3º deste anexo: a). As empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares de diagnóstico e/ou tratamento.*







Neste sentido, a legislação determina que além do registro das empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, há necessidade também de realizar anotação dos profissionais legalmente habilitados. Vejamos o que preconiza a Lei nº 6.839/1980:

*Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.*

Assim, considerando a legislação acima especificada e o Decreto nº 20.931/1932, responsável por regular e fiscalizar o exercício da medicina, tais exigências são plenamente legítimas para que a prestação de serviço na área de saúde ocorra de maneira segura e competente. Para que esta Administração não sofra danos, não coloque em risco a vida dos usuários do objeto solicitado e tenha a oportunidade de realizar o melhor preço e a melhor compra, deve-se fazer constar no supracitado edital a exigência de apresentação de registro da empresa licitante e de seu responsável técnico, ou eventual subcontratada, junto ao CRM do estado em que possui sede como requisito de qualificação técnica.

As Resoluções nº 1.671/2003 e 1.673/2003 do CFM, não só regulamentam o transporte de pacientes, mas também, exerce poder fiscalizatório em relação aos veículos a serem locados para prestação dos serviços de transporte de pacientes, uma vez que a norma discrimina as especificações técnicas para cada um dos diversos tipos de ambulância existentes, além de ser responsável por fiscalizar a tripulação, os médicos que vão atender nesses veículos, inclusive os dos serviços de atendimento pré-hospitalar serão responsáveis pela efetiva aplicação destas normas, afastando de forma definitiva qualquer tipo de dúvida acerca do poder regulatório e fiscalizador do Conselho de Medicina, sobre os serviços objeto da presente licitação. Importante ressaltar que mesmo o objeto do certame seja apenas de locação de ambulâncias, este serviço se insere na esfera de competência do CRM, isso porque, além do fornecimento de veículos, as ambulâncias deverão ser disponibilizadas com adaptações, materiais e equipamentos nos termos da Portaria 2048/2002, do Ministério da Saúde.

Em relação a inscrição no CRA - Conselho Regional de Administração, faz-se necessário **apresentar as próprias palavras do referido conselho**, vejamos:





Conforme Acórdão CFA nº 3/2011, com fulcro nos arts. 15 da Lei nº 4.769/65 e 1º da Lei nº 6839/80, é obrigatório o registro nos Conselhos Regionais de Administração, das empresas prestadoras de serviços terceirizados - Locação de Mão-de-Obra, por praticarem atividades de recrutamento, seleção, treinamento, admissão, demissão e administração de pessoal, para que possam disponibilizar ou fornecer a mão-de-obra necessária à execução dos serviços que se propõe a prestar, tais como: limpeza, vigilância, telefonia, recepção, dentre outros serviços com a disponibilização da mão de obra. As atividades praticadas por essas empresas estão inseridas no campo de Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos, campo de atuação do Administrador, de acordo com o previsto no art. 2º da Lei nº 4.769/65.

No caso em referência, sendo a prestação do serviços locação de veículos com a disponibilização da mão de obra, é obrigatório o registro da empresa no Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, bem como a vinculação com o Administrador Responsável Técnico, nos termos do Art. 15 da Lei 4.769/65, Art. 1º da Lei nº 6839/80 e Art. 12 do regulamento da Lei 4.769/65 aprovado pelo Decreto nº 61.934/67.

Solicitamos o envio do contrato social e alterações ou última alteração contratual consolidada da empresa prestadora de serviços para análise e posterior orientação. Encaminhar no e-mail [fiscalizacao@cramg.org.br](mailto:fiscalizacao@cramg.org.br)

As instruções para o registro da Pessoa Jurídica no CRA-MG estão disponíveis no site <https://spwsistemas.cramg.org.br/spw/ConsultaCadastral/Principal.aspx>.

Em caso de dúvidas, estamos a disposição.

Atenciosamente,

Admª. Ana Vilma de Oliveira  
Gerente de Fiscalização Profissional e Registro em Exercício  
CRA-MG 01-0031115/D

Conforme se observa na imagem acima, **é obrigatório o registro nos Conselhos Regionais de Administração das empresas prestadoras de serviços locação de veículos com a disponibilização da mão de obra.** Essa obrigatoriedade está prevista no Art. 2º da Lei 4.769/65, como Administração e Seleção de Pessoal, Organização e Métodos e Administração Financeira. Dessa forma, é necessário o registro da empresa no CRA, conforme art. 15 da citada Lei, bem como a comprovação do vínculo com o Responsável Técnico, nos termos do art. 12 do regulamento da Lei aprovado pelo Decreto 61.934/67. Assim sendo, faz-se necessário a inclusão deste registro entre os documentos de qualificação técnica deste edital, pois o CRA é o responsável por monitorar/fiscalizar a execução desta atividade.

No que tange a exigibilidade no Conselho Regional de Enfermagem, a Resolução do COFEN nº 255/2021 do Conselho Federal de Enfermagem que trata sobre o registro de empresas destinadas a prestar e/ou executar atividades na área de Enfermagem, prevê, expressamente, que:

#### *CAPÍTULO I*

##### *Disposições Gerais*

*Art. 1º – Em virtude do disposto no art. 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, **está obrigada ao registro no COREN competente, toda Empresa basicamente destinada a prestar e/ou executar atividades na área da Enfermagem, inclusive sob as formas de supervisão e de treinamento de recursos humanos, ou que, embora com atividade básica não especificamente de enfermagem, presta algum desses serviços a terceiros.***

Pelo dispositivo acima, percebe-se que TODA empresa destinada a prestar serviço ou executar atividades na área da enfermagem deve ter obrigatoriamente registro no COREN de sua região/sede, isto porque, pela atividade lidar diretamente com a saúde humana é necessária uma fiscalização/monitoramento por parte desse conselho.

Assim, por almejar a presença de atividade de enfermagem na prestação de serviço, para que o serviço ora licitado seja prestado de maneira segura e competente, para que esta Administração não





sofra danos e não coloque em risco a vida dos usuários do objeto solicitado, e conforme previsão do próprio COREN, a futura empresa contratada deve ter sim registro no referido conselho, conselho este responsável por fiscalizar a atividade de enfermagem no estado de sua sede/domicílio.

É preciso entendermos que a exigência de qualificação técnica em processo licitatório tem como único objetivo, a prestação de garantia para a Administração Pública de que o serviço licitado será executado por empresa com capacidade técnica para isso. Garantia de que a empresa possui condições mínimas para executar com presteza e segurança o serviço ora licitado.

No presente caso essa garantia deve acontecer por meio da exigência de:

***a) Registro da empresa e do responsável técnico na entidade competente, que em se tratando de serviços de comercialização de medicamentos, a entidade competente é o CRM (Conselho Regional de Medicina);***

***b) Registro da empresa e do responsável técnico na entidade competente, que em se tratando de serviços de locação de veículos com mão de obra, a entidade competente é o CRA (Conselho Regional de Administração).***

***c) Registro da empresa e do responsável técnico na entidade competente, que em se tratando de serviços de enfermagem, a entidade competente é o COREN (Conselho Regional de Enfermagem);***

Mister se faz ressaltar que a exigência de registro das empresas e responsáveis técnicos nos órgãos competentes encontra-se em plena consonância com a legislação atualmente aplicável, e não tem o condão de restringir o número de participantes nas licitações, mas tão somente o propósito de se estabelecer uma adequada correspondência entre o objeto da licitação que envolve os serviços de saúde e a qualificação dos licitantes, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a estimada Administração.

No que tange à inexigibilidade do alvará sanitário, insurge a ora impugnante demonstrar a importância da apresentação do referido documento entre os documentos de habilitação técnica. Vejamos.

É sabido que o alvará sanitário além de ser um documento de apresentação obrigatória por exigência legal, é também imprescindível para comprovar que as licitantes tem autorização para exercer as atividades sob regime da Vigilância Sanitária, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos. Qualquer fornecedor que realiza prestação de serviço na área da saúde pública precisa adquirir licença sanitária. Quando o objeto se trata de serviços de locação de ambulâncias que diretamente lida com a remoção de pacientes, essa licença é ainda mais necessária, pois todos os produtos, equipamentos e adequações contidas nesses veículos devem ser regulamentados e supervisionados pela ANVISA.

Tamanha sua importante, que sua previsão está contida na Lei federal nº 8.080/1990, que prevê a regulamentação e fiscalização das ações e serviços ligados a área da saúde, vejamos:





*Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):  
§ 1º Entende-se por **vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde**, abrangendo:*

*I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e*

*II - o **controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.***

Assim, pelo objeto tratar-se de locação de ambulâncias e estando o exercício dessa atividade sujeito à fiscalização e normas da vigilância sanitária, as empresas interessadas em participar do Pregão em comento devem possuir alvará sanitário, motivo pelo qual faz-se necessária a inclusão da exigência de apresentação do referido documento, pois a não exigência deixa a contratante vulnerável a empresas não preparadas para a prestação do serviço.

Ressalta-se que a exigência de alvará da sede não limita ou restringe a participações na presente licitação, pelo contrário, traz segurança à contratante, como forma de demonstrar que as empresas concorrentes seguem a legislação sanitária de seu local de funcionamento e execução de suas atividades.

Outro ponto que merece ênfase é exigência da apresentação de registro CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Este é instituído pelo Ministério da Saúde e tem como principal objetivo ser a base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde. Por meio dele, é possível verificar o nome, endereço e localização, até instalações físicas e equipamentos, além de informações sobre o gestor responsável pelo estabelecimento de saúde.

O cadastro CNES serve para identificação e acompanhamento de todo o sistema de saúde brasileiro. A portaria nº 1.6446/2015 do Ministério da Saúde que institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), informa que:

***Art. 4º O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações.***

Portanto, ele é obrigatório para todos prestadores de serviço no setor de saúde. Sendo assim, estabelecimentos que não constam no cadastro atuam de forma irregular. Reiteramos que por se tratar de serviços prestados na área da saúde, empresas que trabalham na área de remoção de paciente em ambulâncias, devem ter necessariamente registro junto ao CNES. Assim, baseando-se no objeto do certame, faz-se necessário incluir a exigência de apresentação de registro no CNES entre os documentos de habilitação técnica.

Com base nesses precedentes, requeremos que o MUNICÍPIO DE ARCOS/MG, reformule o instrumento convocatório no sentido de incluir no edital, a exigência de apresentação dos registros da







empresa e do responsável técnico nos conselhos profissionais competentes acima informados, bem como o alvará sanitário da sede das empresas licitantes e sua ficha completa no CNES, pois a não exigência desses documentos deixa a contratante extremamente vulnerável sujeita a sérios riscos, ainda mais por tratar-se de saúde pública.

Cumpre-nos ressaltar que tais exigências não incorrem em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato, pois se a empresa executa serviços no ramo da Saúde, já deve possuir a documentação necessária, pois para sua operacionalidade a empresa precisa dessa autorização do CRM, COREN e CRA de sua região da ANVISA e do CNES.

Portanto, resta claro, que o mencionado edital foi falho quanto a exigência da qualificação técnica dos licitantes, exigência está de suma importância devido à complexidade técnica do objeto do edital. **Assim, o mesmo merece ser corrigido, uma vez que a ausência de exigência de comprovação dos documentos contestados serve, no presente caso, como autorização para que empresas não qualificadas concorram como licitantes e contratem com a Administração, o que coloca em risco não só a finalidade pública precípua da licitação, mas em última e maior análise, coloca em risco a própria vida dos munícipes usuários do serviço de saúde pública.**

Com efeito, o exame acurado do Edital revela situação que merece reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, visto que baseando-se no princípio da eficiência e do julgamento objetivo, o Ente Público deve resguardar seus interesses, visando celebrar contrato alicerçado nas melhores condições ofertadas, sejam elas técnicas e financeiras.

### III - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se que seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que se proceda a devida correção do edital inserindo no rol de documentos de qualificação técnica a exigência de comprovação de registro da licitante e de seu responsável técnico no conselho regional de medicina, enfermagem e administração, bem como seja exigido o alvará sanitário da sede da empresa licitantes e sua inscrição da empresa licitante no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, conforme legislação vigente.

Requer, por fim, que seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.





Nestes termos, pede deferimento.

Contagem, 27 de dezembro de 2022.

*Gilberto de F Pessoa Moreira*

GILBERTO  
DE FARIA  
PESSOA  
MOREIRA:06  
835354631

Assinado de  
forma digital por  
GILBERTO DE  
FARIA PESSOA  
MOREIRA:068353  
54631  
Dados: 2022.12.27  
15:29:34 -03'00'

**A & G SERVICOS MEDICOS LTDA**  
**12.532.358/0001-44**

**GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA**  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
**RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31**

**A & G Serviços Médicos Ltda**  
**12.532.358/0001-44**  
**Av. Francisco Fumo de Matos-46**  
**Eldorado- Contagem- MG**  
**CEP: 32.265-470**









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
 1986305292

**M G**

NOME  
 GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF  
 085720143 MT MG

CPF  
 068.353.546-31

DATA NASCIMENTO  
 11/11/1984

FILIAÇÃO  
 ANTONIO CELSO PESSOA G MOREIRA  
 IRÁ  
 MARIA SOCORRO FARIA MOREIRA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.  
 B

Nº REGISTRO  
 04777552873

VALIDADE  
 26/12/2024

1ª HABILITAÇÃO  
 09/10/2009

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
 DIAMANTINA, MG

DATA EMISSÃO  
 26/12/2019

ASSINADO DIGITALMENTE  
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

50141219564  
 MG568180917

**MINAS GERAIS**

**DENATRAN** **CONTRAN**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

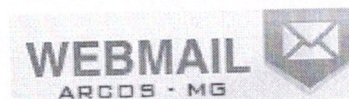
As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAN**





Assunto **Re: IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 269/2022.**  
De Licitações Arcos <arcoslicita@arcos.mg.gov.br>  
Para <fernanda.turibio@tiburcioresende.com.br>  
Data 2023-02-07 10:12  
Prioridade Mais alta



- resposta da impugnação simples.doc (~71 KB)

Segue resposta da impugnação.

Observar no site o aditamento do edital.

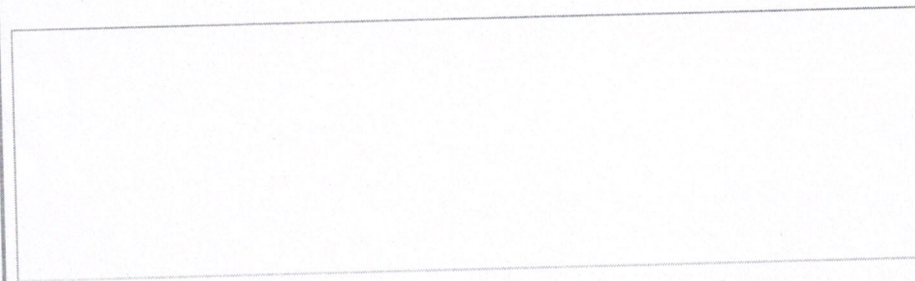
Em 2022-12-27 15:59, fernanda.turibio@tiburcioresende.com.br escreveu:

Prezados,

A empresa A&G SERVIÇOS MEDICOS, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, apresentar IMPUGNAÇÃO em face do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 269/2022, conforme documento anexo.

DESDE JÁ AGRADECEMOS A CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO DESTA E-MAIL.

Att,



--

Atenciosamente,

Departamento de Licitação  
Prefeitura Municipal de Arcos.  
(37) 3359 - 7905





## PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS – MG

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 269/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 581/2022

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviço de simples remoção em ambulância tipo A, em caso de demandas do Hospital Municipal São José e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arcos/MG, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência– Anexo I – deste Edital.

Prezados Senhores,

A empresa **A & G SERVICOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº12.532.358/0001-44, localizada na Avenida Francisco Firmo de Matos, nº 46, Eldorado, Contagem/MG – CEP: 32315-020, telefone para contato: (31) 3046-8102, e-mail: [administrativo@grupocmdsaude.com.br](mailto:administrativo@grupocmdsaude.com.br), interessada na participação do presente pregão, faz ao estimado município os seguintes esclarecimentos:

- 1) O edital informa que a data de abertura do certame é dia 05/01/2023, só que no site da prefeitura a data de abertura é dia 06/01/2023. Qual a data e horário de abertura do certame?
- 2) O edital informa que o certame ocorrerá no <http://www.bnc.org.br/>. Todavia, até o presente momento não há publicação do edital no sistema. Poderiam informar quando será publicado?
- 3) A participação é exclusiva a ME/EPP?
- 4) Em relação aos profissionais que serão empregados na prestação de serviço gostaríamos de saber:
  - Qual deverá ser o modo de contratação desses profissionais, CLT ou contrato particular (pessoa física ou jurídica)?
  - Qual seria o turno de trabalho: 12x36?
  - Os profissionais devem ficar disponíveis por 24 horas?





- 5) Vimos que na parte das especificações das ambulâncias, o órgão não menciona algumas informações. Diante disso, gostaríamos de saber relação a ambulância:
- Qual será o porte da ambulância? Médio ou grande?
  - Qual será o tipo da ambulâncias? Seria tipo furgão?
  - Possui alguma motorização mínimo? 1.4, 1.8, ou 2.0?
  - exigência mínimo/máxima de ano/modelo?
- 6) Quantos veículos serão usados simultaneamente na prestação do serviço?
- 7) Os veículos irão trafegar somente dentro do município? Se não, qual em quais regiões seria?
- 8) A ambulância deverá ficar disponíveis 24 horas por 7 dias da semana?
- 9) Em relação a lavagem/higienização do veículo, será de responsabilidade da Contratante ou Contratada? Se for da empresa Contratada será com qual frequência?
- 10) É sabido que a quilometragem rodada pelo veículo impacta diretamente nos custos com manutenção, consumo de pneus, alinhamento, balanceamento, depreciação e etc. Diante disso, gostaríamos de saber: Qual a quantidade de KM que a ambulância roda por mês em média?
- 11) Durante a execução do contrato, caberá a CONTRATANTE ou CONTRADA o abastecimento dos veículos?
- 12) Na pág. 6 o edital informa:

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance final ou negociação na forma do item 4 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser anexados no sistema BNC, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro.

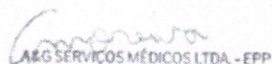
Gostaríamos de confirmar uma coisa: Os documentos devem ser anexados no sistema antes da data de abertura do certame, correto? No caso junto com a proposta comercial INICIAL.





- 13) Os veículos deverão ficar estacionados em algum local determinado pelo órgão ou deverão comparecer no local da remoção somente após o chamado?
- 14) A disponibilização/reposição de insumos e medicamentos que serão utilizados nas ambulâncias será de responsabilidade do órgão ou empresa contratada?
- 15) Os equipamentos que serão utilizados nas ambulâncias serão de responsabilidade do órgão ou empresa contratada?

Contagem, 27 de dezembro de 2022.

  
A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP  
Gilberto de Faria Pessoa Moreira  
RG: MG 12.229.063  
Sócio/Diretor

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA: 06835354631  
Assinado de forma digital por GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA:06835354631  
Dados: 2022.12.27 15:30:40 -03'00'

---

**A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

**GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA  
REPRESENTANTE LEGAL  
RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31**





Assunto **Re: ENC: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 269/2022.**  
De Licitações Arcos <arcoslicita@arcos.mg.gov.br>  
Para <fernanda.turibio@tiburcioresende.com.br>  
Data 2023-02-07 10:24  
Prioridade Mais alta



1) O edital informa que a data de abertura do certame é dia 05/01/2023, só que no site da prefeitura a data de abertura é dia 06/01/2023. Qual a data e horário de abertura do certame?

a abertura será dia 23/02/2023 as 13:30 horas

2) O edital informa que o certame ocorrerá no <http://www.bnc.org.br/>. Todavia, até o presente momento não há publicação do edital no sistema. Poderiam informar quando será publicado?

estará disponibilizado amanhã

3) A participação é exclusiva a ME/EPP?

1.1.4 A presente licitação destina-se exclusivamente a pessoas jurídicas do ramo, inscritas ou não no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Arcos, que sejam Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, convidadas, conforme dispõe o inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, tendo em vista que o valor do item não ultrapassará R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

4) Em relação aos profissionais que serão empregados na prestação de serviço gostaríamos de saber:

- Qual deverá ser o modo de contratação desses profissionais, CLT ou contrato particular (pessoa física ou jurídica)?

o profissional é da empresa.

- Qual seria o turno de trabalho: 12x36?

o profissional é da empresa.

- Os profissionais devem ficar disponíveis por 24 horas?

o profissional é da empresa.

5) Vimos que na parte das especificações das ambulâncias, o órgão não menciona

algumas informações. Diante disso, gostaríamos de saber relação a ambulância:

- Qual será o porte da ambulância? Médio ou grande?

ambulancia tipo A

- Qual será o tipo da ambulâncias? Seria tipo furgão?

ambulancia tipo A

- Possui alguma motorização mínimo? 1.4, 1.8, ou 2.0?

ambulancia tipo A

- exigência mínimo/máxima de ano/modelo?

dentro da legislação do CONTRAN

6) Quantos veículos serão usados simultaneamente na prestação do serviço?

não especifica, no caso pelo menos 01

7) Os veículos irão trafegar somente dentro do município? Se não, qual em quais regiões seria?

8) A ambulância deverá ficar disponíveis 24 horas por 7 dias da semana?

a ambulancia não vai ficar aqui. Quando o municipio precisar vai acionar a empresa

9) Em relação a lavagem/higienização do veículo, será de responsabilidade da Contratante ou Contratada? Se for da empresa Contratada será com qual frequência?

a ambulancia é da licitante so vai vir aqui fazer algum transporte, entao tudo sobre ela é da empresa licitante.

10) É sabido que a quilometragem rodada pelo veículo impacta diretamente nos custos com manutenção, consumo de pneus, alinhamento, balanceamento, depreciação e etc. Diante disso, gostaríamos de saber: Qual a quantidade de KM que a ambulância roda por mês em média?

como a ambulancia é resposabilidade da empresa então os custos tambem serão.

11) Durante a execução do contrato, caberá a CONTRATANTE ou CONTRADA o abastecimento dos veículos?

tudo da ambulancia é da empresa.

12) Na pág. 6 o edital informa:



Gostaríamos de confirmar uma coisa: Os documentos devem ser anexados no sistema antes da data de abertura do certame, correto? No caso junto com a proposta comercial INICIAL.

todos os documentos: proposta, documentos devem ser anexados no inicio.

